

João Rodrigues de Castelo Branco, trovador-poeta dos maiores do seu tempo.

A propósito do V Centenário da sua morte e da publicação do *Cancioneiro Geral*

Joaquim Candeias da Silva

Introdução

Todos os anos têm as suas efemérides. Mas este de 2016 tem sido bastante fértil em evocações históricas e comemorações. Ocorrem-me, a título de exemplo (e tendo em conta apenas os números redondos): o V centenário do nascimento de D. Jerónimo Osório; o V dos sermões de Lutero que levaram no ano seguinte às 95 Teses e à Reforma Protestante; ainda o V da *Utopia*, de Thomas More, e também da edição do *Livro de Duarte Barbosa*; o IV da criação do patriarcado de Lisboa; o IV da posse da Colónia do Sacramento, também o IV da morte de Diogo do Couto; o III do lançamento do Convento de Mafra; o II da morte da rainha D. Maria I e do nascimento de D. Fernando II (2.º marido de D. Maria II); o 1.º da entrada de Portugal na Grande Guerra; de Abrantes Cidade; e ainda da morte do poeta Mário de Sá-Carneiro.

E haverá, decerto, ainda muitos outros que poderíamos avocar, por esta ou aquela razão. O cultivo da História também é isto. Também se faz com estas lembranças. Porque... elas nos trazem quase sempre oportunas matérias de reflexão. E, como todos muito bem sabemos, há tanta história por fazer e matéria por reflectir!... E, nestas alturas, vem-me sempre à memória uma frase batida de Vitorino Magalhães Godinho: «os aniversários e centenários só podem ser úteis se constituírem ensejo para estudar problemas, meditar directrizes, criticar certezas dogmáticas; caso contrário, mumificam os vivos sem ressuscitar os mortos». Pois bem, também este V Centenário do tema de hoje pode constituir esse ensejo; e esta Academia um bom sítio para tal.

Foi efectivamente há meio milénio, cumprido no passado mês de Setembro, que saíram dos prelos os primeiros exemplares desta extraordinária obra, que deve ter custado bastante esforço ao seu organizador e demorado longos meses a preparar, já não falando nos custos de impressão, que esses foram suportados pelo monarca... E foi também nesse mesmo ano de 1516 que D. Manuel o nomeou escrivão da fazenda do príncipe herdeiro, o futuro D. João III. Fica por agora esta breve nota, que adiante será retomada. Desconhecemos a data exacta do falecimento; mas, conforme mais detalhadamente veremos adiante, se foi substituído nas importantes funções que então exercia em Outubro de 1515, deve ser ponto assente que sucumbira um ou dois meses antes.

Já muito se escreveu sobre o homem e a poesia que nos legou, infelizmente muito escassa. Todavia, apesar de algumas novas luzes projectadas sobre ele, continuam a existir vastas zonas sombrias na sua biografia. Continuamos a saber muito pouco acerca do seu percurso de vida; sendo mais as faces obscuras, as dúvidas e mistérios, do que as clareiras e

certezas. Por outro lado, tanto os textos diplomáticos que a ele se reportam, como as achegas de carácter biográfico que foram surgindo, andam bastante dispersos ou carecidos de novas interpretações. E, por todo isto, faz todo o sentido uma nova tentativa de revisitação, com vista a uma reescrita da sua biografia, que ainda assim continuará muito curta e lacunar. Persistem até – imagine-se – lamentáveis confusões a seu respeito (p.ex.º com o médico Anmato Lusitano), devido ao problema da homonímia.

Garcia de Resende: Algumas notas biográficas

O homem que há cerca de 500 anos teve a dita de ver publicada esta monumental obra com o seu nome nasceu em Évora c.1470. Dotado de grande versatilidade, começou por servir na corte do *Príncipe Perfeito*, primeiro como seu moço da câmara e depois como moço de escrivania (espécie de secretário particular). Adquirindo assim vasta experiência de corte e largos conhecimentos sobre tudo o que a rodeava, ficaria apto a escrever muito, incluindo uma *Crónica de D. João II*. Mas a sua obra mais conhecida, aquela com que mais nomeada granjeou e que também muitos cultores da arte poética deu a conhecer, foi a sua compilação conhecida por *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*.

A iconografia resendiana não é abundante. Na presente imagem, peça escultórica da autoria de António Vidigal que se encontra no Parque dos Poetas localizado em Oeiras, evoca-se a figura de Resende trajando à moda da época, tendo ao lado como adereço simbólico a “escrivania”. Do perfil esboçado terá o escultor pretendido ressaltar alguns traços físicos e de carácter, tais como a verticalidade e o volume (parece que Gil Vicente se referiu algures à sua rotundidade e cara de tamboril), também a sua bonomia. Na plataforma, uma “passadeira” de relva, a querer significar o seu percurso de vida na corte.

FIG. 1 - Garcia de Resende, escultura do Parque dos Poetas (Oeiras)
FIG. 1A – Garcia de Resende

Ao longo do tempo, este multifacetado fidalgo de espírito renascentista (poeta, cronista, desenhador, músico e animador de serões palacianos), foi amealhando alguma fortuna, que soube aplicar em bens de raiz na sua cidade natal. São disso exemplo as amplas e bem decoradas casas que a tradição lhe vem atribuindo na Rua de S. Manços, onde se destaca uma janela manuelina classificada como monumento nacional. Faleceu a 3 de Fevereiro de 1536, há portanto 480 anos. Repousa numa capela que ele próprio mandara edificar, na cerca do antigo Convento do Espinheiro.

O Cancioneiro Geral de Garcia de Resende

Em traços muito gerais, é esta uma tão volumosa quanto valiosa colectânea, em boa hora organizada («ordenada e emendada») por este homem, que a si próprio se intitula no subtítulo como «fidalgo da casa d’el Rei e escrivão da fazenda do Príncipe D. João». Aliás, é a a este mesmo príncipe [depois rei João III] que ela é dedicada. Começada a imprimir em Almeirim, acabou-se «na muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa», a cargo do impressor Hermão de Campos, a 28 de Setembro do mesmo ano de 1516, contendo 227 folhas, 454 páginas. A

Biblioteca Nacional possui 3 exemplares da edição *princeps*, os quais nem sempre são totalmente coincidentes, isto porque – dizem os especialistas do Livro – numa impressão manual é raro haver dois exemplares rigorosamente iguais ¹... Numa delas são visíveis muitas páginas censuradas pela Inquisição.

Trata-se de uma compilação de textos poéticos de valor bastante desigual, facultados ao organizador por muitos e diversificados autores – são ao todo 880 composições de 286 “poetas”, figurando entre eles o próprio compilador. Material essencialmente palaciano, onde – dizem os críticos literários – impera mais a quantidade que a qualidade, foi produzido ao longo de muitos anos (entre 1449 e 1516), atravessando portanto os reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, principalmente deste último. A maior parte foram redigidos em português mas também há bastantes em castelhano. E, embora sob o aspecto formal de poesia, a verdade é que podemos retirar dali muita matéria com interesse para a História, mormente na sua vertente social, dos costumes e das mentalidades ².

FIG. 2 – *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende (capa)

João Rodrigues de Castelo Branco – Algumas facetas da sua biografia

1. O nome

Começamos por uma clarificação dos apelidos. Se o último – Castelo Branco – não oferece dúvidas, já o outro tem suscitado divergências. *Rodrigues* ou *Roiz*?

Já noutro trabalho discuti este assunto. À partida, parece que poderão ser aceites as duas formas, mas a primeira parece a mais regular e mais lógica. É verdade que no *Cancioneiro Geral*, onde vêm os versos que tornaram o albicastrense conhecido, a grafia apresentada é sempre *joam rroiz*, tal como em *joam rroiz de saa* ou *joam rroiz de lucena*, também poetas palacianos com algum relevo. Porém, importa ter presente que o nome *Roiz* se escrevia com um til ou barra longa por cima das vogais *oi*, constituindo assim uma abreviatura, cujo desdobramento correspondia à forma *Rodrigues*.

Rodrigues era o genitivo [filho ou patronímico] de Rodrigo, tal como Gonçalves o era de Gonçalo, Fernandes de Fernão ou Fernando, Joanes de João, e por aí fora. Logo, *Roiz* [com til ou barra] é a abreviatura ou forma proclítica de **Rodrigues**, e assim se deverá ler. Por conseguinte, para sermos coerentes na transmissão dos grafismos, ou escrevemos *Roiz* com til ou traço longo sobre as vogais *oi*, ou escrevemos por extenso desdobrando a abreviatura da forma correcta. E, na alternativa, só nos resta uma hipótese: não podendo os teclados das nossas máquinas e computadores comportar a primeira forma, teremos de optar pela segunda.

FIG. 3 – Assinatura autógrafa do João Rodrigues, num documento de 3-2-1512

¹ Cf. Helena Marques Dias e Ivo Castro, «A edição de 1516, do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende», sep.^a da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, n.º 1, 1976-77, pp. 93-125.

² De entre os muitos estudos que esta obra tem motivado, gostaria de registar aqui *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende: Um livro à luz da História*, organização de Cristina Almeida Ribeiro e Sara Rodrigues de Sousa, Edições Humus, 2012; e *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*, de André Crabbé Rocha, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979. A forte presença castelhana neste Cancioneiro português teve decerto algo a ver com a influência do modelo *Cancioneiro General*, de Hernando del Castillo, de 1511.

2. A família - O poeta e a sua rede familiar

Desconhecemos-lhe o ano do nascimento. É provável que tenha nascido cerca de 1470 (mesmo ano de Garcia de Resende), isto por contas feitas às datas conhecidas de seus pais e parentes. Ao que se conseguiu apurar, era o primogénito do fidalgo Rui Gonçalves de Castelo Branco, que foi contador da fazenda na comarca e almoxarifado da Guarda de 1466 a 1484³, e de D. Guiomar Vaz, presumivelmente ambos naturais da então vila de Castelo Branco. Também lhe são conhecidos os avós paternos e maternos, bem como diversos irmãos – cinco pelo menos – e ainda a mulher com quem casou [D. Catarina Vaz], com uma vasta sucessão de filhos, netos, bisnetos, etc., até à actualidade.

3. O torrão natal... Castelo Branco (?)

Presume-se que tenha sido a vila do seu apelido aquela que lhe serviu de berço, pois fora já esta a terra de seus maiores e também de alguns outros familiares (tios), onde tinham propriedades e casas de morada.

4. O seu Percurso de vida, muito em resumo

Desde cedo João Rodrigues deve ter feito vida na Corte, primeiro como pajem e depois como cavaleiro-fidalgo, porventura com algum tirocínio pelo meio no Norte de África. Até que um dia, desiludido do modo de viver cortesão, talvez já depois de 1500 (pois ele não consta num rol do ano de 1496 em que são mencionados todos os fidalgos que então viviam em Castelo Branco), regressa à sua Beira...

Estes são, todavia, traços um tanto conjecturais, porque a mais não conseguimos chegar com elementos probatórios. Ao certo certo, apenas se confirma que em 1502 vivia mesmo em Castelo Branco, onde aliás já possuía bens seus e que nesse ano adquiriu mais alguns por compra, aos quais se dedicaria com entusiasmo, conforme ele próprio nos conta nuns versos. Terá casado também por essa altura, com a dita D. Catarina Vaz, uma senhora da principal nobreza albicastrense.

Porém, ao contrário do que se supunha até agora, ele não deixou de todo de frequentar a Corte, pois – se não há erro de homonímia – aí o vamos encontrar a 3 de Fevereiro de 1512, junto com um seu irmão, António Rodrigues de Castelo Branco, a receber a “moradia” do último trimestre de 1511, e novamente a trinta de Abril do mesmo ano a receber uma verba por conta de um homem seu “de pé” (Bastiam Velho), que servia na guarnição de Safim. Donde se pode inferir que algumas vezes se deslocaria à capital.

Enfim, não entrando em linha de conta com as ditas breves notas de recebimento das “moradias”, nem com os textos literários do *Cancioneiro*, a que adiante nos referiremos com mais pormenor, chegaram ao nosso conhecimento **cinco** documentos sobre o ilustre trovador albicastrense. São poucos, na verdade, e de pouca relevância, pois acabam por ser todos eles textos burocráticos muito formais e de pouco sumo, mas é o que temos. Nenhum deles é

³ Duvido que seja este o poeta do mesmo nome que figura no *Cancioneiro Geral*.

autógrafo e são todos posteriores a 1500. Vale a pena uma rápida olhadela:

- O 1.º e mais antigo é uma de duas escrituras de compra e venda de uma propriedade, ambas datadas de Castelo Branco (1502 e 1507), de parte de uma herdade além do rio Ponsul, de que o poeta era já co-proprietário.

- Os seguintes (3) são já de 1514-1515. O 1.º destes, o mais curto e simples de todos, é uma carta de mercê régia, datada de 1514, referente à sua nomeação para o cargo de contador da fazenda na comarca e almoxarifado da Guarda; o último, datado de 23 de Outubro de 1515, dá-nos notícia da sua morte e da sua substituição no cargo.

Sendo quase certo que ele deve ter sido sepultado na igreja de S.^{ta} Maria do Castelo em 1515, talvez pelos meados do ano, um pouco estranhamente não ficou do talentoso Poeta e oficial régio – ele que era fidalgo da Casa Real e brasonado – nenhuma memória sepulcral, nenhum epitáfio ou sinal que o individualize. Os seus restos mortais terão provavelmente sido depositados na capela-mor dessa igreja, onde duas sepulturas existem ainda com campas armoriadas da família da mulher, sendo a do lado do Evangelho aquela onde se presume que repouse o vate.

5. A Poética que nos legou

Então a sua poesia, que nos diz ela, ou sobre que fala?

João Rodrigues, infelizmente, já não viu publicadas as suas notáveis composições poéticas, porquanto – como vimos – era já falecido na altura em que a edição do *Cancioneiro* veio a lume, em finais de Setembro de **1516**. Podemos imaginar o prazer que lhe daria vê-las em letra de forma, bem como o afã com que leria todas as outras que ali foram inseridas, na sua esmagadora maioria de amigos e conhecidos seus. É provável que ele tivesse composto mais trovas, que não enviou por recato ou prudência; ou poderia tê-los entregue sem que tivessem sido seleccionados pelo critério do compilador. E porquê esta suspeita de que tivesse composto mais? Muito naturalmente, um poeta que deixou versos tão belos não devia ter escrito tão pouco ao longo de uma vida...

Mas, enfim, temos o que temos, **quatro** composições.

As quatro parecem ser todas já do século XVI. E como é que, vivendo os seus últimos tempos na Beira, entrou no *Cancioneiro*?

É de crer que ele e Garcia de Resende fossem de idades muito próximas e, portanto, terão sido companheiros no paço e até amigos. Decerto conhecedor directo das qualidades poéticas do fidalgo que, desiludido com a vida cortesã, voluntariamente se ausentara para a terra das suas origens, Garcia de Resende, lembrado disso, deverá ter-lhe solicitado então o envio de algumas peças suas, ao que o poeta terá correspondido remetendo estas quatro.

Uma vez que todo o acervo se encontra já publicado e republicado, comentado e até reunido em livro autónomo de publicação recente, esta com a garantia de qualidade e mestria do também poeta António Salvado ⁴, seremos muito sucintos na sua análise. São essas 4 composições as seguintes, cada uma acompanhada do nosso comentário.

⁴ Veja-se *Poesias completas de João Rodrigues de Castelo Branco*, Aríon, 2002.

- *A António Pacheco, vedor da moeda de Lisboa, em resposta duma carta que lhe mandou em que motejava dele.*

Esta composição em forma de carta, que também pode ser considerada um poema satírico e poesia didáctica ou moralizante, contém abundantes traços de carácter autobiográfico, pelo que passa a ter ainda o valor acrescido de documento histórico. O destinatário da carta (António Pacheco), que vivia na Corte, além de fidalgo amigo era seu primo co-irmão e, portanto, o Poeta sentia-se à vontade para num género poético-epistolar brincalhão também “motejar” dele e até se permitir fazer acerbas críticas ao modo de vida palaciano de que o primo se ufanava.

Ora, João Rodrigues, então a viver na Beira, aproveita para lhe dirigir alguns remosques ou graçolas, em tom bem-humorado, mas muito crítico: «xeque dentão» [comilão, bom a dar ao dente], «de Lisboa a melhor taça» [bom bebedor], «como vós lá dos metais» [por ser vedor da Moeda], e outras mais. Mas, o mais interessante da peça é a defesa que o Poeta faz da vida na província e em meio rural, num flagrante contraste com a do Paço e da capital do Reino, e sempre num tom sarcástico face à cidade. Alguns exemplos:

*Estou cá perto da serra,
onde habitam os pastores;
já nam busco apontadores,
nem porteiros me dão guerra.
E sou um dos bons da terra
(etc.)*

*De vinhas e d'olivais,
e de lançar mergulhões
sei já tantas invenções
como vós lá dos metais.
Porque disso espero mais
certo me dar de comer (...)*

Portanto, qualidade de vida para ele era no campo, que dava mais “de comer” do que a grande urbe. Nesta – escreve – até chegava a receber «lençóis [só] de mês em mês»; havia muitas pulgas e bastantes vezes tivera de jejuar «sem ter muita devoção». É certo que já funcionava então o escape ultramarino, que bastantes fidalgos da baixa nobreza aproveitavam para ir à aventura em busca de fortuna. Mas quê, muitos naufragavam e os que conseguiam tornar, andavam por vezes «empenhados», «esfarrapados/ pobres e necessitados»... e daí o lamento do Poeta em versos que se tornariam famosos, como que a antecipar a triste realidade da nossa História Trágico-Marítima:

*Armadas idas d'além
já sabeis como se fazem,
quantos cativos lá jazem,
quantos lá vão que não vêm!*

*E quantos esse mar tem
sumidos que não parecem
e quão cedo cá esquecem
sem lembrarem a ninguém!*

Também não era menos verdade que o rei concedia tenças, comendas e ofícios a muitos dos seus fiéis servidores, de tantos que pululavam à sua volta à espreita de uma oportunidade; mas o Poeta, que não era desses e viera de lá desiludido, também disso se queixava ao amigo: «Sou fora de requerer/ veadores da fazenda,/ ofício nem comenda/ já não espero d'haver./ Já me não dá de comer/ senão minha fazendinha,/ rei nem roque nem rainha/ não queria nunca ver.» E por tudo isso ele concluía:

*Porque há lá tanta soma
de males e de paixão*

*Agora julgai vós lá
se fiz mal nisto que faço*

*que por não ser cortêsão
fugirei daqui 'té Roma.*

*em me tirar desse paço
e mudar-me para cá.*

Em boa verdade, mais contundente não podia ser...

- *Um as trovas que mandou João Rodrigues a Antão da Fonseca, a Alcácer Ceguer em resposta doutras.*

Aqui o ambiente da carta anterior quase se repete. Trata-se de mais um poema satírico de cariz moralizante e humorístico [*para vos dar em que rir*], com aproveitamento do quotidiano e abundantes traços autobiográficos, constituindo, portanto, mais um documento histórico. Desta feita, porém, o poeta equaciona já não tanto a dualidade cidade/campo, mas uma outra que se lhe vinha juntar: guerra / paz. E nesta, ele pacífico beirão como era, opta claramente pela paz, uma paz poética no remanso da sua Beira rural, ao contrário da «*carniçaria*» militar vivida em África.

As primeiras críticas, logo a abrir, são jocosas. Agradecia-lhe os versos enviados, mas deles – sem ofensa – ressalta apenas a “métrica” bem conseguida: «*As trovas que me mandastes/ vos tenho muito em mercê,/ porque vos dou minha fé/ que bem as metrificastes*». E, de imediato, atira outra, a acertar em cheio na vanglória do “herói” mata-mouros: «*Dos mouros que lá matastes/ vos tenho muita inveja/ e levo glória sobeja/ da grand'honra que ganhastes*». E continuava, no mesmo tom. Depois, aponta diversas situações contrastantes, entre as vivências do Norte de África e as de Castelo Branco, evidenciando o carácter positivo destas.

Segue-se aquela que consideramos a crítica mais incisiva às vivências do amigo e que o era também ao ideário guerreiro e cruzadístico então ainda dominante em Portugal, como que a prenunciar o humanismo e pacifismo erasmiano que anos mais tarde havia de chegar à Corte de D. João III. Na verdade, *o tempo de pelejar* (medieval) já merecia *soltura* (descanso, paz):

*E o de que mais me pesa
dessa vossa frontaria:
que vossa carniçaria
não farta nenhuma mesa.
Não sei se vos é defesa
p'los inimigos da fé,
se se defende porquê
tendes guerra tão acesa.*

*Porém, se se bem olhar,
não vos deve dar paixão,
que, como tiverdes pão,
o mais se pode escusar.
Porque a ordem militar
não requiere grã fartura,
qu'às vezes tolhe soltura
o tempo de pelejar.*

No desenrolar das cartas, não faltam também alusões ao contacto com mulheres. «*Das perras*⁵ *em que falais/ dai-as ao demo por suas/: quanto mais seguis as ruas/ menos galardão levais*». Esta estância e a seguinte – apesar da linguagem usada ser bastante moderada (quase codificada) – num exemplar da Biblioteca Nacional seriam severamente censuradas pelo Santo Ofício, por serem interpretadas como matéria ofensiva da moral e dos bons costumes. Ora, também acerca desta sensível matéria o Poeta demonstra bom domínio de conhecimentos e estar “prevenido”: «*E assim que nos tornamos/ os mais de nós impotentes/ porqu'eles*⁶ *são*

⁵ Alusão depreciativa a mulheres mouras africanas, de vida fácil («de rua»)...

tão valentes/ que por vencidos nos damos.»

- Vilancete «Adonde tienes las mientes [Onde tens o pensamento]» e Glosa de João Rodrigues a este vilancete.

Aqui o Poeta como que tece um comentário poético a todos e cada um dos 10 versos do vilancete, “trabalhando-os” na glosa com versos seus muito belos. Este poema será o menos autobiográfico e documental de todos. O tema principal é o amor; mas, desta vez, não o amor cortês, mas um amor pastoril, bucólico. Contudo, também aqui, me parece haver uma história (ou romance) por detrás. O pastorzico, por sinal também *João* de seu nome próprio, bem podia vestir a pele de João Rodrigues, e, perante uma paixão amorosa lá para os lados do Ponsul, poderia ter-se descuidado e, figuradamente, ter perdido algum gado: «*Que do dia em que mirei/ aquela por quem tal ando/ do meu gado descuidei,/ de mim mesmo m’olvidei,/ nunca dela m’olvidando.*».

Mas não seria de estranhar que esse idílio, com tanto de imaginário quanto de real, qual outro “amor de perdição” [a palavra é dele – «*vendo minha perdição*»], também pudesse ter acontecido mais a norte, porventura já na Guarda, para onde ele foi em 1514 como contador da comarca e almoxarifado; isto porque na 8.^a estância da glosa, escreve: «*Tal que naquesta montanha/ pastoreando o meu gado/ é a lembrança tamanha/ e a memória tão estranha/ que é de mim tudo olvidado.*». E mais adiante: «*Não posso caber, coitado,/ em todas estas montanhas,/ todo ando afortunado,/ mui ardido e abrasado/ do fogo de m’nhas entranhas.*». Claro que podia. O fidalgo-poeta era ainda relativamente novo; e andaria agora, digamos, “mais solto”...

Ora, perante este enquadramento, poético e geográfico mas também profissional e afectivo, importa lembrar que o nosso Poeta teve vários filhos e, de entre eles apontam os genealogistas um varão, Diogo, que teria nascido fora do casamento, mas que foi reconhecido pelo progenitor, tendo mais tarde habitado, casado e procriado em Castelo Branco. Esse poderá ter sido – quem sabe? – o último fruto dos amores do Poeta, amores personificados nesta glosa pela figura do *pastorzico* João...

- E, por fim, a sua peça mais famosa: *Partindo-se*...

FIG. 4 – A “*Cantiga Partindo-se*” no *Cancioneiro*

Esta tem sido considerada, justamente, a melhor pérola das que figuram no *Cancioneiro Geral* e mesmo «a jóia da poesia portuguesa», e por isso ela tem sido musicada e cantada – mais que qualquer outra poesia medieval – por tantos contemporâneos (Amália, Cid, Adriano, Vitorino, Pedro Barroso, e outros.). Apresentada pelo organizador da colectânea como “cantiga”, tem sido apreciada quase exclusivamente do ponto de vista literário, mormente pelas facetas musical e estética. Atendendo, todavia, ao conjunto da produção do autor e ao contexto em que ele se moveu, creio que seja possível ver nela mais do que isso: ela contém muito provavelmente por detrás uma história de amor, que terá ficado por contar.

⁶ Alusão implícita a «bocados» (guloseimas?), no sentido metafórico de prazeres sexuais...

*Senhora, partem tão tristes
meus olhos por vós, meu bem,
que nunca tão tristes vistes
outros nenhuns por ninguém.
(...)*

Que *história* teria sido essa? É fácil imaginarmos uma “*senhora*” inspiradora, real e não apenas fictícia. Com os poucos elementos biográficos disponíveis, é-nos de todo impossível reconstituir o que perpassava na mente do Poeta. Mas, conforme bem notou o poeta António Salvado, o carácter sentimental e emotivo que se evolva destes versos (o amor, a separação, a partida para longe, a saudade antecipada) «ênfatiza-se (...)», de tal modo que se cria uma tão forte tensão que o leitor não deixará de comungar dela. E essa tensão pode ter existido mesmo e ser uma vez mais autobiográfica.

Onde, quando, com quem e em que circunstâncias? Arrisco que o tenha sido no final da sua vivência com carácter permanente no paço real, ao despedir-se, «partindo-se» para a Beira, com pena de deixar alguém que muito amava, porventura alguma paixão mal correspondida... Ou então a inversa: sendo fidalgo da Corte, numa vinda a Castelo Branco ter conhecido por lá a sua amada – eventualmente a mulher com quem veio a casar – e no regresso a Lisboa ter vivenciado aquele sentimento triste e doente da partida...

Como nota final acerca da *Partindo-se*, deixo esta imagem: uma representação simbólica no Parque dos Poetas (Oeiras), peça do escultor Rui Matos. De notar aqui, a separação do poeta-amante e da sua amada, materializada por um par de colunas parelhas colocadas verticalmente, cada uma com sua folha larga e simétrica, semelhando duas asas, as quais tendem a separar-se e **partir...** voando pelo espaço em sentidos opostos.

FIG. 5 – “Partindo-se”, escultura do Parque dos Poetas (Oeiras)

A concluir

Foi um prazer ter trazido a esta Academia Portuguesa da História, na sua última sessão ordinária com comunicações livres do ano académico de 2016, este tema respeitante a uma efeméride da nossa história cultural, no caso vertente um poeta quinhentista – João Rodrigues de Castelo Branco – com a colectânea que o imortalizou.

Apesar de alguns avanços registados, a verdade é que continuamos a desconhecer muito acerca desta figura, tal como de muitas outras. Aproveitando destes 500 ANOS, da morte do trovador-poeta e também do *Cancioneiro*, mais estudos precisam-se.

Como diria Magalhães Godinho, assim os aniversários e centenários têm mais valor e poderão ser mais úteis.